

Leitura, história e história da leitura / Márcia Abreu (org.) - Campinas, SP :
Mercado de Letras : Associação de Leitura do Brasil; São Paulo : Fapesp,
1999. - (Coleção Histórias da Leitura)

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 85 88725-52-4

1. Leitura - História 2. Livros - História I. Abreu, Márcia. II. Série.

99-4240 CDD-418.409

Índices para catálogo sistemático:

1. Leitura : Lingüística : História 418.409

COLEÇÃO HISTÓRIAS DE LEITURA
Coordenação: Márcia Abreu
Conselho Editorial: Gláucia Meili Pácora, Luiz Percival Leme Brito,
Maria José Nóbrega, Valdir Hektor Barzotto e Wilmer da Rocha O'Angelis

capa e projeto gráfico: Vanda Rotta Gomide
copidesque: Marília Marcollo Braidá
revisão: Marlene Rabello
impressão e acabamento: Barbra Gráfica
Impresso em papel 100% reciclado

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.

Rua Barbosa de Andrade, 111
Telfax: (19) 241-7514
13073-410 - Campinas SP Brasil
www.mercado-de-letras.com.br
E-mail: m_letras@uol.com.br

ASSOCIAÇÃO DE LEITURA DO BRASIL

Faculdade de Educação/Unicamp
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
13081-970 - Campinas SP Brasil
Fone: (19) 289-4166
www.alb.com.br
E-mail: secretaria.alb@uol.com.br

2000

Proibida a reprodução desta obra
sem a autorização prévia dos Editores.

do mercado. Todas essas características exigem de nós uma apreciação mais apurada da invenção de Gutenberg. Embora de fundamental importância, não é a única técnica capaz de assegurar a disseminação em grande escala de textos impressos.

Como sabemos, o tipo móvel foi inventado nas civilizações asiáticas bem antes de sua descoberta no Ocidente. O tipo móvel em terracota era usado na China desde o século XI. No início do século XIII os textos coreanos eram impressos usando-se caracteres de metal, enquanto na China, no mesmo século, eram usados os caracteres de madeira. Entretanto, não é essa prioridade cronológica que coloca maiores problemas para o eurocentrismo espontâneo dos historiadores ocidentais. Na verdade, tanto na China quanto no Japão (onde o tipo móvel foi introduzido na última década do século XVI, simultaneamente, pelos jesuítas e por Toyotomi Hideyoshi, após suas campanhas militares na Coreia), o uso de tipos para impressão continuou limitado, esporádico e reservado a certos gêneros de trabalhos (trabalhos religiosos e clássicos, textos oficiais, livros escolares).

Tendo inventado o tipo móvel, o Oriente não o usou amplamente. Mas isso não implica a ausência de uma cultura de impressão de grande escala. Ela dependeu de uma técnica usada no Ocidente somente na segunda metade do século XIV: a produção de livros impressos a partir de blocos. Tal técnica assegurou, em Tukogawa (Japão) e Ming e Qing (China), a grande circulação de textos impressos, empresas de publicação comercial, uma densa rede de bibliotecas, sociedades de leitores e livrarias e a ampla difusão de gêneros populares. A civilização da imprensa e da publicação não pode ser restrita somente à "Galáxia de Gutenberg".

2. Temos que pensar também que, mesmo no mundo Ocidental, antes ou depois da invenção de Gutenberg, publicar um texto não implica necessariamente imprimi-lo. Por um lado, se é verdade que a impressão substituiu o manuscrito como meio de reproduzir e disseminar textos após

AS REVOLUÇÕES DA LEITURA NO OCIDENTE¹

Roger Chartier²

1. Por muito tempo os historiadores ocidentais consideraram a relação entre impressão, publicação e leitura somente pelos padrões da invenção de Gutenberg, como se ela fosse uma condição necessária para a criação de um grande conjunto de leitores e para o desenvolvimento de uma atividade de publicação intensa. Um melhor conhecimento de livros e de publicações na China e no Japão nos adverte contra tal eurocentrismo. A gravação na madeira tem, na verdade, suas próprias vantagens. Primeiro, é mais bem-adaptada que a tipografia às línguas que são formadas por um grande número de caracteres ou por vários alfabetos. Além disso, a gravação na madeira mantém uma forte ligação entre o manuscrito e a publicação, uma vez que os blocos gravados provêm de modelos de caligrafia. Finalmente, devido à durabilidade dos blocos de madeira, os quais permitem que milhares de exemplares do mesmo título sejam impressos, o número de cópias de cada edição pode ser facilmente ajustado à demanda

1. Tradução: Margaret Perucci Revisão técnica: Márcia Abreu.
2. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.

a metade do século XV, a cópia manual continuou a ocupar um lugar importante na circulação de vários gêneros de textos. Sua "publicação" estava fortemente ligada à difusão de cópias manuscritas entre um número limitado de leitores. Era este o caso de panfletos políticos e folhetos informativos "publicados" por pequenos empresários, de trabalhos proibidos que circulavam em manuscritos clandestinos, de composições poéticas dos "escritores não profissionais" ou de trabalhos eruditos dos membros da República das Letras. Esses escritores e eruditos dividiam alguns valores comuns. Eles menosprezavam o comércio livreiro que corrompia ao mesmo tempo a integridade dos textos, distorcidos pelas mãos dos "mecanismos rústicos" (como diz Puck em *A midsummer night's dream*), o código de ética literária, introduzindo a cobiça e a pirataria no comércio das letras, além da banalização do significado, ao permitir a circulação e apropriação descontrolada dos trabalhos. Por isso eles preferiram a circulação manuscrita de seus trabalhos, porque eram destinados a um público seletivo de pares e personificavam o *ethos* das obrigações pessoais e da polidez coletiva, que caracterizavam tanto a civilidade aristocrática quanto a ética da reciprocidade da *Res Publica Litterarum*.

Por outro lado, contra as tentações do "etnocentrismo da leitura", é necessário lembrar quão numerosos são os gêneros e trabalhos antigos que de maneira alguma almejavam um objeto impresso como veículo e um leitor solitário e silencioso como alvo. Compostos para serem declamados ou para serem lidos em voz alta e compartilhados por um público ouvinte, investidos com uma função ritual, tidos como máquinas designadas a produzir certos efeitos, eles obedecem às leis próprias, à transmissão oral e comunitária. Desde a Antiguidade, ler em voz alta tem, basicamente, dois propósitos. De um lado, uma função pedagógica: demonstrar que se é um bom leitor, lendo em voz alta, constitui um ritual de passagem obrigatório para os jovens que exibem, assim, seu domínio da retórica e do falar em público. Por outro lado, um propósito literário: ler em voz alta é, para um autor, colocar um

trabalho em circulação, “publicá-lo”. Esse modo de publicação não foi abandonado no início do período moderno, seja como forma única para a circulação de um texto, seja antes de seu surgimento na edição impressa.

Por exemplo, a relutância em imprimir peças teatrais foi amplamente compartilhada pelos dramaturgos no início da Europa moderna. Os dispositivos retóricos dos prólogos e os avisos aos leitores multiplicaram manifestações do “estigma de imprimir”. Eles insistiam em dois elementos: de um lado, o processo de publicação em si, que colocava o trabalho nas mãos dos compositores que trabalhavam nas gráficas e introduziam muitas falhas de impressão e erros no texto; por outro lado, a irredutibilidade estética entre o destino natural das peças, escritas para serem encenadas, vistas e ouvidas, e a forma impressa, que as priva de sua “vida”.

Mas a necessidade de imprimir impôs-se. Os prólogos mostraram as diversas razões que justificaram tal decisão: a impossibilidade de evitar a edição de cópias roubadas, as más condições das *performances* nos palcos, as exigências das encenações que obrigavam a encurtar as peças para que elas se ajustassem à duração conveniente do espetáculo etc. A ênfase colocada no texto escrito e a importância da leitura das peças contrabalançavam o *topos* da relutância em imprimir. Mas isso não apaga o fato de que a forma primária de suas “publicações” (como a publicação dos sermões e dos discursos políticos) não era impressa, e sim oral.

É certo que a invenção de Gutenberg tornou possível a reprodução de textos em grande número de cópias, transformando, assim, as condições de transmissão e recepção de livros. Por um lado, a impressão reduziu drasticamente o custo por cópia da produção de um livro, ao distribuir o custo por toda a impressão. Por outro, reduziu o tempo necessário para produção de um livro, que era longo na época do manuscrito, mesmo após o século XIV, quando se inventou um sistema de divisão do trabalho a ser copiado em vários grupos, a fim de que diferentes copistas pudessem reproduzir o mesmo livro ao mesmo tempo. Com a impressão, cada leitor

monástico, que atribuía à escrita uma tarefa de preservação e memória em grande parte dissociada da leitura, pelo modelo escolástico, que tornou o livro tanto um objeto como um instrumento de trabalho intelectual.

A difusão da possibilidade de ler silenciosamente marca uma ruptura de importância capital. A leitura silenciosa permitiu um relacionamento com a escrita que era potencialmente mais livre, mais íntimo, mais reservado. Permitiu uma leitura rápida, especializada, capaz de lidar com as complexas relações estabelecidas na página do manuscrito entre o discurso e suas interpretações, referências, comentários e índices. A leitura silenciosa criou a possibilidade de ler mais rapidamente e, portanto, de ler mais e de ler textos mais complexos. Essa primeira revolução na leitura precedeu, portanto, a revolução ocasionada pela impressão, uma vez que difundiu a possibilidade de ler silenciosamente (pelo menos entre os leitores educados, tanto eclesiásticos quanto laicos) bem antes de meados do século XV.

4. A segunda revolução na leitura ocorreu durante a era da impressão, mas antes da industrialização da produção do livro. Tal revolução, ocorrida na Alemanha, Inglaterra, França e Suíça durante o século XVIII, apoiou-se em diferentes circunstâncias: crescimento na produção do livro, que triplicou ou quadruplicou entre o início do século e os anos 80, a multiplicação e transformação dos jornais, o triunfo dos livros de pequeno formato e a proliferação de instituições (sociedades de leitura, clubes do livro, bibliotecas de empréstimos), que tornaram possível ler livros e periódicos sem ter que comprá-los.

Essa série de transformações ocorreu sem grandes mudanças na tecnologia de impressão. Elas levaram ao desenvolvimento de novos gêneros textuais e novas práticas de leitura. Os leitores tradicionais tinham acesso a um conjunto de livros fechado e limitado, os quais eram lidos e relidos, memorizados e recitados, possuídos e transmitidos de uma geração para outra. Esse estilo de leitura foi formado pela relação religiosa com textos

individualmente poderia ter acesso a um número maior de livros e cada livro poderia atingir mais leitores. Mas isso não é razão suficiente para considerar que a única possibilidade para “publicação” de um texto fosse a impressão e que a técnica ocidental fosse a única capaz de estabelecer uma ampla difusão da cultura impressa.

3. Da mesma forma não podemos considerar de maneira muito direta a invenção e a difusão da imprensa como responsáveis por acarretar um rompimento fundamental na história da leitura. As “revoluções da leitura” são múltiplas e não estão imediatamente ligadas à invenção ou às transformações da impressão. A primeira consiste no longo processo que leva um número crescente de leitores a passar de uma prática de leitura necessariamente oral, na qual ler em voz alta era indispensável para a compreensão do significado, para uma leitura visual, puramente silenciosa. Embora ambos os estilos de leitura tivessem coexistido na Antiguidade grega e romana, foi durante a Idade Média que a habilidade de ler em silêncio foi conquistada pelos leitores ocidentais. Restrita, a princípio, aos escribas monásticos, tal capacidade chegou às universidades durante os séculos XII e XIII e tornou-se prática comum entre cortesãos e aristocratas laicos a partir do século XIV. Essa tendência continuou após Gutenberg, até que mesmo o mais humilde dos leitores tivesse adquirido um estilo e uma habilidade de leitura que não mais exigissem a oralização. Pode-se ver uma evidência, a *contrario*, dessa evolução nas sociedades ocidentais de hoje, nas quais as pessoas são consideradas iletradas não somente pelo fato de não poderem ler de modo algum, mas também pelo fato de só serem capazes de entender um texto quando o lêem em voz alta.

A primeira revolução na leitura no início da Idade Moderna foi, assim, de maneira geral, independente da revolução tecnológica na produção de livros. Ela teve raízes em mudanças ocorridas nos séculos XII e XIII, que transformaram a função mesma da palavra escrita, substituindo o modelo

sagrado e era profundamente impregnado de sacralidade e de autoridade. Os novos leitores devoravam um grande número e uma imensa variedade de impressos efêmeros. Eles liam rápida e avidamente, submetendo o que tinham lido a um julgamento crítico imediato. Uma relação comunal e respeitosa com a matéria escrita, feita de reverência e obediência, deu lugar a um tipo de leitura mais irreverente e desprendida.

Contudo, tal oposição não deve ser exagerada. Durante a Renascença, os humanistas praticaram um tipo de leitura baseado na acumulação e no livro de lugares-comuns, no qual o leitor tinha que copiar citações que leu e observações que tinha feito ou coletado sob uma série de tópicos, que permitiam o reaproveitamento das informações e exemplos acumulados para a produção de novos textos.

Por outro lado, a mais intensiva das formas de leitura, organizada de acordo com o modelo mais tradicional, desenvolveu-se no exato momento da revolução na leitura. Romances de Richardson, Rousseau ou Goethe tomaram conta de seus leitores, absorvendo-os em uma prática de leitura similar à leitura tradicional dos textos religiosos. Hábitos mais antigos de leitura mudaram para uma nova forma literária. O romance foi lido e relido, memorizado, citado e recitado. Os leitores eram tomados pelos textos que liam; eles viviam o texto, identificavam-se com os personagens e com a trama. Toda sua sensibilidade estava engajada nessa nova forma de leitura intensiva. Leitores (que eram freqüentemente mulheres) eram incapazes de controlar suas emoções e suas lágrimas e, com freqüência, tomavam de suas penas para expressar seus próprios sentimentos ou para escrever ao autor como diretor de consciência e guia de suas vidas.

Além disso, os hábitos de leitura dos leitores mais populares e numerosos foram direcionados durante um longo tempo pelos modos antigos. Para eles, ler livretos baratos vendidos por mascates na Inglaterra, França e Castela era uma tarefa difícil e altamente dependente da audição e da memorização. O repertório publicado para venda ambulante levou

seus leitores a uma apropriação baseada no reconhecimento (de gêneros, temas e formas) mais do que na descoberta de novidades. Tal maneira de ler caracterizou os leitores populares, pelo menos até meados do século XIX, quando o desenvolvimento de escolas, o aumento das taxas de alfabetização e a diversificação da produção impressa permitiram novas práticas.

5. No século XIX, novas categorias de leitores (mulheres, crianças, trabalhadores) foram apresentadas à cultura impressa e, ao mesmo tempo, a industrialização da produção de impressos trouxe novos materiais e modelos para a leitura. As disciplinas educacionais, impostas em todo lugar, tenderam a definir uma norma única, controlada e codificada de leitura legítima, mas essa norma contrastava fortemente com a extrema diversidade de práticas em várias comunidades de leitores, tanto aqueles já bem familiarizados com a cultura escrita quanto os que tomaram contato recente com ela. Por detrás da aparência de uma cultura compartilhada, fruto da alfabetização quase universal disseminada pelas regiões mais desenvolvidas da Europa após os anos 70 e 80 do século XIX, tanto dentro quanto fora das escolas, esconde-se uma diversidade extrema de práticas de leitura e de comércio de impressos. A tipologia dos vários modelos de relação com a escrita que se sucederam a partir da Idade Média (passando do modelo monástico de escrita para o modelo escolástico de leitura, das técnicas humanistas dos lugares-comuns para os estilos de leitura religiosos e espirituais da Cristandade Reformada, dos hábitos tradicionais de leitura à revolução da leitura no Iluminismo) deu lugar a uma ampla diversificação das práticas de leitura nas sociedades contemporâneas. Com o século XIX a história da leitura entra na era da sociologia das diferenças.

6. Em nossa própria época, a transmissão eletrônica de textos trouxe outra revolução na leitura. Primeiramente, transforma nossa noção de contexto, ao substituir a contigüidade física entre os textos presentes no

realidade: o leitor torna-se um dos possíveis autores de um texto multiautoral ou, no mínimo, o criador de novos textos compostos por fragmentos deslocados de outros textos. Os leitores da era eletrônica podem construir textos originais, cuja existência, organização e aparência dependem somente deles. Além disso, têm o poder de intervir a qualquer momento para modificar o texto e reescrevê-lo. Tudo isso, assim como a possibilidade de receber textos, imagens e sons no mesmo objeto – o computador –, altera profundamente todo o relacionamento com a cultura escrita.

O resultado é, assim, um *status* ambíguo dado ao indivíduo, uma vez que, por um lado, ele adquiriu um poder desconhecido sobre os textos em qualquer das formas anteriores de representação e reprodução da palavra escrita (o rolo, o manuscrito, o livro impresso) e, por outro lado, sua soberania como “autor” é apagada pela mobilidade e maleabilidade do texto eletrônico que, de acordo com o sonho e desejo de Foucault, permite a produção de discursos sem a necessidade de atribuí-los a uma identidade fixa e estável.

Tal mudança no suporte físico da escrita força o leitor a ter novas atitudes e aprender novas práticas intelectuais. A passagem dos textos do livro impresso para a tela do computador é uma mudança tão grande quanto a passagem do rolo para o códex durante os primeiros séculos da Era Cristã. Isso desafia a ordem dos livros familiares aos leitores e dita novos caminhos de leitura que superam as limitações tradicionais impostas pelos objetos impressos.

A textualidade eletrônica aboliu, pela primeira vez na história, uma outra limitação. Desde a Antigüidade, os europeus (e outros) foram perseguidos pelo contraste entre, por um lado, o sonho de uma biblioteca universal, que reuniria todos os textos já escritos e todos os livros já publicados e, por outro, as bibliotecas reais que, não importa quão importantes fossem suas coleções, davam somente uma imagem parcial, incompleta e mutilada do conhecimento universal. A biblioteca de Alexandria

mesmo objeto (um livro, uma revista, um jornal) por sua distribuição nas arquiteturas lógicas que regem os bancos de dados, os arquivos eletrônicos e sistemas de processamento, que tornam possível o acesso à informação. Redefine também a natureza “material” dos trabalhos, ao suprimir a relação imediata e visível que existe entre o objeto impresso (ou manuscrito) e o texto ou textos que contém.

A nova relação com os textos obriga a uma profunda reorganização da “economia da escrita”. Ao tornar a produção, transmissão e leitura de um dado texto simultâneas, e ao atribuir a um único indivíduo as tarefas, até aqui distintas, de escrever, publicar e distribuir, a apresentação eletrônica dos textos anula as antigas distinções entre papéis intelectuais e funções sociais. Torna-se, ao mesmo tempo, imperativo redefinir todas as categorias que organizavam as expectativas e percepções dos leitores. Estas incluem os conceitos jurídicos (direitos autorais, propriedade literária), categorias estéticas (originalidade, integridade, estabilidade), noções administrativas (biblioteca nacional, depósito legal) e instrumentos bibliográficos (classificação, catalogação, descrição), os quais vinham sendo usados até agora para caracterizar o mundo escrito. Todos foram inventados para um modo de produção, preservação e comunicação dos escritos completamente diferente.

O mundo dos textos eletrônicos também remove a rígida limitação imposta à capacidade do leitor de intervir no livro. O objeto impresso impunha sua forma, estrutura e espaços ao leitor e não supunha nenhuma participação material física do leitor. Se, contudo, quisesse inscrever sua presença no objeto, ele só poderia fazê-lo clandestinamente, ocupando com seu manuscrito as margens ou as páginas em branco. Tudo isso muda com o texto eletrônico. Não apenas os leitores podem submeter o texto a uma série de operações (podem indexá-lo, mudá-lo de um lugar para outro, decompô-lo e recompô-lo), mas podem também tornar-se co-autores. A distinção entre escrever e ler, entre o autor do texto e o leitor do livro, que é imediatamente discernível na cultura impressa, dá lugar agora a uma nova

forneceu ao Ocidente o exemplo mítico e emblemático desse desejo ardente de completude. Uma vez que as técnicas eletrônicas anulam a distinção, até agora imperativa, entre o lugar do texto e o lugar do leitor, o antigo sonho tornou-se pensável. O texto em sua representação eletrônica, dissociado da materialidade e da localização convencionais, pode (em teoria) alcançar qualquer leitor em qualquer lugar. Se pudéssemos supor que todos os textos escritos, manuscritos ou impressos, fossem transformados em versão eletrônica, o acesso universal ao patrimônio completo da escrita tomar-se-ia possível. “Quando se declarou que a biblioteca continha todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade”: a extravagante felicidade de que falou Borges está prometida para nós pelas bibliotecas sem paredes que estão, sem dúvida, em nosso futuro.

7. “Felicidade extravagante” – mas talvez não sem risco. A transferência de nossa herança escrita dos impressos para a tela criaria possibilidades incomensuráveis, mas causaria também violência aos textos ao separá-los de seu meio original, no qual foram publicados e apropriados. Se, em um futuro mais ou menos distante, os trabalhos antigos fossem transmitidos somente em sua nova versão eletrônica, poderia haver um risco enorme de se perder a inteligibilidade de uma cultura textual, a qual esteve por um bom tempo associada não somente à impressão, mas também a uma determinada forma do livro: o códex constituído por folhas e páginas dobradas. O universo dos textos eletrônicos significa necessariamente um distanciamento das representações mentais e das operações intelectuais que são especificamente ligadas a esta forma que o livro adquiriu no Ocidente nos últimos dezessete ou dezoito séculos e que foi imposta a outras culturas pela colonização e industrialização mundial. Nesse sentido, nenhuma “ordem do discurso” (de acordo com a expressão de Foucault) é separável da “ordem dos livros” à qual está ligada.

Assim, parece-me que enfrentamos atualmente um duplo desafio. De um lado, a profunda transformação que está alterando atualmente todos os modos de publicação, comunicação e recepção da palavra escrita deve ser acompanhada por uma reflexão histórica, jurídica e filosófica. Chegou o momento de reenquadrar todas as categorias que governaram até agora os modos de atribuição, circulação e apropriação dos textos. Mas temos que enfrentar uma segunda exigência. A representação eletrônica dos textos não deve de modo algum implicar o rebaixamento, o esquecimento ou, pior ainda, a destruição dos objetos que encarnaram, e encarnam, originalmente os trabalhos do passado ou do presente. Mais que nunca, talvez, uma das tarefas fundamentais das grandes bibliotecas (qualquer que seja sua forma, material ou imaterial) é colecionar, proteger, inventariar e, finalmente, tornar acessível a herança da cultura escrita. Mas essa tarefa não é exclusiva às bibliotecas. Ela tem que ser compartilhada por editores e leitores.

As estratégias de publicação sempre moldaram as práticas de leitura. Elas criaram novos gêneros de textos e novas fórmulas de publicação. Ao tornar os produtos de impressão mais baratos e disponíveis, por exemplo, a um consumidor "popular" (primeiro os livretos para venda ambulante; mais tarde as coleções populares e os jornais), ofereceu-se ao público um número cada vez mais amplo e diversificado de materiais de leitura. Nesse sentido, a liberdade de escolha dos leitores só poderia ser exercida dentro de um conjunto previamente constituído com base em interesses e preferências que não eram necessariamente os seus. Mesmo se tais preferências não fossem sempre puramente comerciais, eram elas que governavam as decisões de publicação e determinavam que repertório de textos poderia ser proposto. O controle, exercido pela decisão dos editores sobre os materiais de leitura na sua origem, foi uma característica duradoura das sociedades do regime antigo. Esse controle tornou-se menos limitador, na era da industrialização da impressão, com a expansão do mercado. Contudo, continua importante em nossos dias, nos quais a responsabilidade dos

editores é encontrar o equilíbrio certo entre os diferentes suportes (impresso ou eletrônico) que eles podem usar para a publicação. Ambos devem criar novas formas de organização e transmissão dos textos e manter (pelo menos por algumas décadas) uma cultura escrita que por cinco séculos foi identificada com a circulação de materiais impressos.

Dentro do território textual disponível, os leitores assumem o comando, dão significado às obras e as investem com suas próprias expectativas. Os recursos técnicos nunca tiveram uma significação unívoca. Eles podem ser dotados de diferentes usos e efeitos. Contra qualquer forma de determinismo tecnológico, temos que lembrar que as técnicas são aquilo que os produtores e usuários fazem delas. Tal afirmação abriu caminho para perspectivas que consideram os consumos culturais como forma de "produção" que, certamente, não fabrica objetos, mas que cria usos e representações, nunca idênticos àqueles que os produtores dos artefatos culturais almejavam. Aparentemente passiva e submissa, a leitura é, em si, inventiva e criativa. Uma história abrangente da leitura e dos leitores deve, assim, considerar a variação, de acordo com o tempo e o local, das condições de possibilidade e das operações e efeitos de tal invenção e criação. Em nosso mundo, a imaginação do leitor pode mobilizar simultaneamente os diferentes e sucessivos modos de inscrição e transmissão da palavra escrita que herdamos do passado: manuscrito, impresso e comunicação eletrônica. É impossível saber como os leitores vão combinar, no futuro, essa pluralidade de possibilidades. Podemos imaginar que durante um longo tempo essas três formas de cultura escrita irão coexistir e cada uma terá sua preferência de acordo com os gêneros e usos. Nesse sentido, o novo mundo eletrônico não significa a morte da impressão. Mas temos também de lembrar que somente preservando o entendimento da cultura impressa poderemos saborear completamente a "felicidade extravagante" prometida pelas inovações tecnológicas.